




Mercado Institucional e PNAE: desvelando aspectos subjacentes ao processo de implementação local

The Institutional Market and PNAE: revealing aspects underlying the local implementation process

Rosária Cal Bastos *

 <https://orcid.org/0000-0002-8233-8122>

Alair Ferreira de Freitas **

 <https://orcid.org/0000-0001-6770-6030>

Maria das Dores Saraiva de Loreto***

 <https://orcid.org/0000-0001-7418-2669>

Luana Fernandes****

 <https://orcid.org/0000-0002-8233-8122>

Resumo: O governo brasileiro está formulando e implementando políticas públicas que buscam incentivar o consumo de alimentos provenientes do setor agrícola e contribuir para a inserção da agricultura familiar no mercado institucional, como é caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em função dessa premissa, este artigo visou analisar o processo de implementação do PNAE, no município de Coimbra - MG, desvelando atores, redes e interações sociais locais. Baseando-se no referencial da nova sociologia econômica, o estudo, de natureza qualitativa, fez uso da pesquisa documental, de entrevistas com atores do setor público e da sociedade civil além da observação. Os resultados indicaram que o PNAE do município estudado é caracterizado pela flexibilização das dinâmicas das redes sociais e pela colaboração e integração entre os atores, ocorrendo ajuda mútua e compartilhamento de ações.

Palavras-chave: Mercado institucional. Agricultura familiar. PNAE. Redes Sociais.

Abstract: The Brazilian government is formulating and implementing public policies that seek to encourage the consumption of food from the agricultural sector and to contribute to the insertion of family farming into the institutional market, as in the case of the National School Food Programme (PNAE). Based on this premise,

* Administradora. Mestre em Economia Doméstica. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. (UFV, Viçosa, Brasil). Departamento de Engenharia Agrícola, Campus da UFV, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG) CEP.: 36570-900. E-mail: rosaria.bastos@ufv.br.

** Gestor de Cooperativas. Doutor em Administração. Professor Adjunto do Departamento de Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa. (UFV, Viçosa, Brasil). Departamento de Engenharia Agrícola, Campus da UFV, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG) CEP.: 36570-900. E-mail: alair.freitas@ufv.

*** Economista Doméstica. Doutora em Economia Rural. Professora Titular do Departamento de Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa. (UFV, Viçosa, Brasil). Departamento de Engenharia Agrícola, Campus da UFV, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG) CEP.: 36570-900. E-mail: mdora@ufv.

**** Assistente Social. Mestre em Economia Doméstica. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. (UFV, Viçosa, Brasil). Departamento de Engenharia Agrícola, Campus da UFV, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG) CEP.: 36570-900. E-mail: luana.paes@ufv.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

this article analyses the process of implementing the PNAE in the city of Coimbra - MG, revealing local actors, networks, and social interactions. Based on the framework of the new economic sociology, this qualitative study makes use of documentary research, interviews with actors from the public sector and civil society, and observation. The results indicate that the PNAE in the municipality studied is characterised by the flexibilization of the dynamics of social networks and by collaboration and integration among the actors, with mutual assistance and sharing of actions.

Keywords: Institutional market. Family farming. PNAE. Social networks.

Aceito em: 5/3/2021. Revisto em: 25/1/2022. Aceito em: 6/2/2022.

Introdução

O governo federal brasileiro, a partir do ano 2000, intensificou sua agenda de políticas públicas para agricultura familiar com o intuito de contribuir para a geração de emprego, renda e a permanência das famílias no campo (GRISA, 2012). Entre os Programas instituídos nessa trajetória, destaca-se a criação da Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009), que altera o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – uma política pública implementada no país há mais de 60 anos e que vem sendo reestruturada ao longo das décadas. A criação da referida Lei trouxe novos avanços para o Programa, como exemplos tem-se sua extensão para toda a rede pública de educação básica e a garantia de que no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam investidos na aquisição direta de produtos da agricultura familiar (BRASIL, ©2017).

O PNAE passou a ser uma política social destinada estrategicamente à melhoria da alimentação escolar e ao fortalecimento da agricultura familiar por meio da aquisição de alimentos produzidos localmente (SARAIVA *et al.*, 2013). Entende-se agricultura familiar como unidades de produção rural estruturadas no trabalho familiar que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família (MESQUITA; MENDES, 2012). Para Antunes (1995, p. 121), é “[...] por meio do trabalho que são estabelecidas relações com a natureza e criados mecanismos indispensáveis para a sobrevivência da unidade familiar”. O acesso a mercados para escoamento da produção agrícola excedente da agricultura familiar é fundamental para sua reprodução social e sua resiliência. A existência de um programa governamental para alimentos que priorize esse segmento é, portanto, estratégico para o desenvolvimento rural.

No contexto da construção de mercados, como os mercados institucionais induzidos por programas governamentais de compra de alimentos, ocorre um processo de interação social em que as relações entre os órgãos públicos, instituições comerciais, unidades agrícolas e consumidores que agem constituindo uma interface entre o urbano e o rural tornam-se pontos-chaves para que as dinâmicas econômica, social e política se desenvolvam em nível local (SCHNEIDER, 2004). Logo, o PNAE, como política social, induziu à emergência das redes de interações sociais, que moldam e particularizam o mercado institucional de compra de alimentos nos municípios brasileiros. Portanto, apesar de o regramento jurídico do Programa ser definido nacionalmente com as diretrizes e normas para todos os municípios, as implicações locais de sua implementação e sua performance variam em cada um deles, pois a dinâmica relacional do Programa mediada pela configuração das relações localmente constituídas condiciona o processo e seus resultados.

As literaturas especializadas, nacionais e internacionais, enfatizam a importância da análise das redes sociais para a compreensão da dinâmica de implementação das políticas públicas.

No caso do PNAE, algumas pesquisas realizadas no Brasil sinalizam que há uma multiplicidade de atores que interagem para operacionalizar essa política e produzir seus resultados e que a natureza dessas interações e a configuração das redes particularizam cada experiência (FREITAS, 2017). Baseado no exposto, buscando construir uma abordagem relacional para compreender o processo local de implementação do PNAE e superar um caráter normativo comumente atribuído em muitas pesquisas desse campo, estabeleceram-se as seguintes questões-problemas: quais são os atores envolvidos no processo de implementação do PNAE? Como eles interagem na implementação dessa política e como essa interação produz efeitos sobre ela?

Nesta perspectiva, mobilizou-se o aporte teórico da Nova Sociologia Econômica (NSE), partindo da premissa de que o mercado é socialmente construído e moldado pelas relações sociais. O uso da NSE como ferramenta analítica para a compreensão de processos de implementação de políticas públicas não é comum nesse campo científico, apesar de alguns importantes trabalhos já terem demonstrado seu potencial. Essa abordagem teórica centraliza o foco nos atores e em suas relações, definindo os comportamentos individuais e as ações econômicas como socialmente condicionados. A perspectiva analítica centrada nas redes sociais contribui assim para superar a visão determinista e normativa que confere ao Estado o protagonismo na implementação das políticas públicas, permitindo desvelar tramas sociais nas quais se inscrevem assimetrias, conflitos e relações de poder que interferem na posição dos atores nas redes e, assim, na dinâmica da política pública.

Para operacionalizar essa análise em âmbito local e dar materialidade a essa discussão, esta pesquisa se baseou em um estudo de caso realizado em um município de pequeno porte que adotou o PNAE como uma importante estratégia para o desenvolvimento rural. Trata-se do município de Coimbra, localizado na Zona da Mata mineira, que conta com uma população estimada de pouco mais que 7.500 (sete mil e quinhentos) habitantes, sendo que 26% dessa população vive na área rural, composta, majoritariamente por agricultores(as) familiares – cerca de 82% (BRASIL, [2020]). Esse estudo de caso foi o pano de fundo que ilustrou e permitiu operacionalizar o problema da pesquisa além de fundamentar o objetivo geral deste artigo, que visou analisar dinâmicas locais de implementação do PNAE e evidenciar processos de construção social dessa política pública.

Política Pública, Agricultura Familiar e Mercado Institucional

De modo geral, não há uma única definição sobre o que seja política pública. No entendimento de Peters (1986), é a junção das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de delegação, que irão produzir efeitos específicos que influenciam a vida dos cidadãos. Teixeira (2002), Souza (2006), Secchi (2010) e Duarte (2019) complementam como sendo de responsabilidade do Estado o papel de desenvolver ações e intervenções que atendam às necessidades e aos interesses comuns da sociedade, ou seja, é o Estado que determina como os recursos serão utilizados para o benefício dos cidadãos. Neste sentido, as políticas públicas tornam-se diretrizes norteadoras de ações do próprio Estado elaboradas para enfrentar ou resolver um problema público, utilizando-se de diversos instrumentos, como leis, programas políticos e projetos. Essas inferências sobre as políticas públicas foram baseadas à luz de autores, como: H. Laswell (1936), H. Simon (1957), C. Lindblom (1959, 1979) e D. Easton (1965).

Assim, para lidar com a complexidade das políticas públicas e minimizar os problemas sociais, Rua (2009) e Frey (2000) indicam o modelo do ciclo político (*policy cycle*) que permite estudá-las em etapas ou fases sequenciais, desde a identificação do problema até a sua avaliação. Este esquema analítico é composto por quatro etapas principais: agenda, formulação, implementação e avaliação, sendo que cada uma delas permite ressaltar aspectos relevantes dos papéis do Governo enquanto promotor de políticas públicas até o retorno gerado à população pela aplicação da ação pública (SOUZA, 2006; DUARTE, 2019). Sendo assim, o presente trabalho focou na etapa da implementação, que corresponde à concretização da política na prática, ou seja, no processo de execução da política.

A partir de 2000, o governo brasileiro visando conectar a agricultura familiar ao consumo de alimentos estabeleceu e reestruturou algumas políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Então, o PNAE como política pública foi pensado de forma estratégica, buscando garantir a melhoria da qualidade da alimentação dos alunos da rede pública de ensino bem como a consolidação e o incentivo à produção rural. Todo o processo é realizado por meio da compra de produtos advindos da agricultura familiar local, sendo formado por atores sociais que atuam no processo de tomada de decisão e que estão inseridos em muitos contextos sociopolíticos (FREITAS, 2017).

Nesta perspectiva, a agricultura familiar no Brasil segundo Altafin (2007) e Freitas, Freitas e Dias (2012) deve ser compreendida como uma categoria social e política caracterizada especificamente pela presença da família na produção agropecuária (DIAS, 2006) e que vem sendo ao longo dos anos inserida em um contexto marcado por disputas políticas, tornando necessária a atuação dos movimentos sociais a fim de pressionar o Estado a incluir esses Programas no processo de desenvolvimento nacional (ALTAFIN, 2007). Na década de 1990, o Estado respondeu a essa pressão instituindo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essa foi a pioneira e a mais importante política pública, cuja abrangência é nacional, própria para a agricultura familiar. Desta forma, o Pronaf também beneficiou o PNAE no sentido de ser reconhecido como sendo estatal, pois esse Programa passou a ser legítimo diante do estado brasileiro (SCHMITT, 2005; SCHNEIDER, 2014; GRISA, 2010).

Porém, as lutas da agricultura familiar eram direcionadas a questões voltadas para a posse de terras, linhas de créditos e justiça social. Pouco se discutia a respeito dos mercados sobre a necessidade do atendimento às demandas dos consumidores e uma possível criação de demandas entre os mesmos (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016). Para esses autores, nem todos(as) os(as) agricultores(as) familiares possuem oportunidades igualitárias, existindo, assim, dois extremos. De um lado, estão aqueles ligados a sistemas produtivos de alta especialização e, do outro, aqueles cuja produção é fundamentalmente para o próprio consumo (WILKINSON, 2008).

Nessa conjuntura, autores como Grisa e Schneider (2014) e Cunha, Freitas e Salgado (2017) enfatizam que o PNAE foi um importante instrumento de abertura de mercados para a agricultura familiar suprindo um gargalo histórico. O Programa possibilitou acesso dos(as) agricultores(as) familiares ao mercado institucional atendendo às escolas por meio da comercialização da produção local. De acordo com Schmitt (2005), o mercado institucional funciona da seguinte maneira: o governo federal compra os alimentos dos(as)

agricultores(as) familiares e os disponibiliza às redes públicas de ensino e às socioassistenciais do Estado.

Apesar da contribuição do Programa, seus desafios também emergiram com as experiências do dia a dia. Para além dos problemas burocráticos e normativos associados à execução técnica, há que se considerar a demanda para que os governos locais e as organizações da sociedade civil, especialmente aquelas vinculadas à agricultura familiar, construam uma plataforma operacional de compras institucionais de alimentos no âmbito do PNAE. Esse mercado vai sendo configurado a partir dos arranjos tecidos pelos diversos atores que integram o processo de implementação dessa política pública. Neste sentido, é mister compreender que o mercado é socialmente construído (GRANOVETTER, 2007), e isso demanda um esforço analítico dos pesquisadores para que compreendam os processos subjacentes à política pública e revelem as dinâmicas sociais que a condicionam localmente. A nova sociologia econômica é uma abordagem que pode auxiliar na construção dessa perspectiva analítica.

Nova Sociologia Econômica

Segundo Grisa (2010), a Nova Sociologia Econômica (NSE) surgiu em meados da década de 1980, como um auspicioso campo de estudo dentro das ciências sociais em razão da insuficiência de respostas dadas pela economia ortodoxa aos questionamentos e aos novos desafios apresentados pelas transformações socioeconômicas que vinham ocorrendo. Bovo (2014) complementa que a abordagem sociológica a partir das redes sociais passou a ser amplamente utilizada como ferramenta para explicar os processos e os fenômenos das mais diversas áreas da sociedade, incluindo os setores administrativos e também os econômicos. Desta forma, o autor destaca a importância de Mark Granovetter para essa discussão, uma vez que ele é considerado um dos fundadores da Nova Sociologia Econômica ao pensar o mercado não como um agente externo e sim como uma construção política e social da sociedade (GRANOVETTER, 2007). Além disso, Granovetter (2007) elucida a importância das redes sociais nas análises sobre o funcionamento dos mercados e das complexas relações que são estabelecidas entre as organizações.

A NSE, como preconizada por Granovetter (2007), apoia-se em duas ideias sociológicas: na ação do indivíduo e nas instituições sociais. A primeira é socialmente localizada e motivada pelo indivíduo de forma implícita, já a segunda é construída socialmente. Corroborando com essa ideia, Fligstein e Dauter (2007) acrescentam que a NSE significa pensar os indivíduos como atores com capacidade de mobilizar e transformar as relações sociais a partir da cooperação. Desse modo, essa nova sociologia parte da concepção de que as atividades econômicas se constroem a partir de relações pessoais entre os agentes econômicos, ou seja, ela oferece espaço aos atores sociais e individuais no contexto das relações econômicas (de mercado) conectando a economia ao social pelo fato de o mercado estar imerso (*embeddedness*) no social por meio de redes. Para Granovetter (2007, p. 8), as redes ocorrem quando:

[...] os atores não se comportam como átomos fora de um contexto social, nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais (GRANOVETTER, 2007, p. 8).

Para Granovetter (1973), Steiner (2006), Raud-Mattedi (2005) e Swedberg (2004), uma rede social é um grupo de atores que estabelecem relações entre si e por meio de algum tipo de vínculo chamado pelos autores de *laço*, em que o contato entre os mesmos ocorre frequentemente de forma similar e específica. Granovetter (2007) conclui que a estrutura dessas relações é mostrada por meio das redes que podem assumir diferentes estruturas mais ou menos institucionalizadas.

De acordo com Granovetter (1973), as redes sociais são compreendidas como sistemas compostos por *nós*, representadas por sujeitos (indivíduos, grupos ou organizações) e interligadas por algum tipo de relação (WATTS, 1999). Wasserman e Faust (2009) reforçam que elas podem ser conceituadas como um conjunto composto por nós (atores) conectado ou interligado por relações (laços) entre eles. Moreira e Silveira (2016) enfatizam que uma rede social é entendida como uma malha de atores que possuem “[...] interligações entre si, seja de diferentes direções, intensidades e naturezas e que a partir dos laços compartilham, interagem e se relacionam em torno às fronteiras invisíveis resultantes das relações” (MOREIRA; SILVEIRA, 2016, p. 2).

Assim, a análise das redes sociais é vista, segundo Granovetter (2007), como forma de explicar alguns fenômenos sociais e preencher lacunas que ficaram em relação à análise econômica clássica no tocante à dinâmica de funcionamento dos mercados bem como às relações entre os atores econômicos. Nesse sentido, Raud-Mattedi (2005) deixa claro que a ação do autor juntamente com os seus interesses pessoais sofre influência da estrutura das redes sociais da qual ele participa.

A discussão proposta neste trabalho parte da perspectiva abordada por Granovetter sob a ótica da construção social por meio das redes sociais, uma vez que elas fazem parte da dinâmica do mercado institucional. Ou seja, é no âmbito social que se estabelecem as redes que influenciam a operacionalização dos mercados, pois é nesse ambiente abstrato que ocorre a conexão e/ou articulação entre os atores envolvidos nesse processo. Sendo assim, pretende-se mostrar o envolvimento desse mercado estabelecido pelo PNAE e como ele se tornou um importante elemento para a ascensão da agricultura familiar.

Contornos metodológicos da pesquisa

Para a realização deste trabalho, utilizou-se da pesquisa qualitativa¹ por meio da pesquisa documental, da entrevista semiestruturada e da observação, objetivando analisar o funcionamento do PNAE. Para tanto, foram levados em consideração os objetivos, o regulamento e as metas por meio da percepção das Entidades Executoras de Apoio² e dos/as agricultores(as) familiares que são beneficiados(as).

No período de 2015 a 2016, realizou-se a pesquisa documental, optando-se por analisar os documentos das duas escolas públicas (municipal e estadual) existentes na zona urbana do município de Coimbra (MG), tendo por base cópias dos documentos disponibilizados pelo Departamento Municipal de Educação e pela Escola Estadual. Após o levantamento desses

¹ Os dados empíricos deste artigo foram extraídos da pesquisa de Mestrado, que discutiu a implementação do PNAE em um município de pequeno porte: Coimbra, Minas Gerais, Brasil (BASTOS; BIFANO; LORETO, 2020).

² Entidades Executoras de Apoio são considerados órgãos que contribuem de forma direta ou indiretamente na operacionalização do PNAE, como, por exemplo, EMATER (MG), Sindicato, ONG's etc.

documentos, realizou-se uma análise documental a partir dos critérios estabelecidos nos objetivos e nas diretrizes da Lei nº 11.947/2009 e das Resoluções nº 38 (de 16 de julho de 2009), nº 26 (de 17 de junho de 2013) e nº 4 (de 02 de abril de 2015). Os dados provenientes da análise documental foram armazenados em banco de dados desenvolvidos no Microsoft Office Excel 2007 composto de planilha que apresentava cada aspecto estudado, obtendo assim uma síntese dos critérios analisados comparativamente entre as duas entidades executoras. Tanto os dados bibliográficos quanto os documentais coletados foram cotejados e organizados em formato de tabelas que compuseram os resultados apresentados na seção subsequente.

Com intuito de complementar a análise documental, em 2016, aplicou-se a entrevista semiestruturada, com os representantes de Entidades de Apoio e com os das Entidades Executoras (EEx). Esse método de coleta de dados foi escolhido pelo fato de ele permitir maior riqueza de informações e detalhamento sobre o tema abordado (MINAYO, 2005). Foram consideradas como EEx a Prefeitura Municipal (representada pelo Departamento Municipal de Educação) e a Escola Estadual que atendem 800 e 960 estudantes, respectivamente, inscritos na rede pública da Educação Básica. Tal rede é composta no âmbito municipal por uma equipe multidisciplinar formada pela Secretaria de Educação, nutricionistas, presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), gestor financeiro e escriturário. Já a Entidade de Apoio conta com extensionistas, engenheiro agrônomo e equipe de bem-estar social da EMATER (MG) da cidade. Sendo assim, foram entrevistados duas gestoras das escolas envolvidas, uma nutricionista municipal, uma extensionista de bem-estar social e cinco agricultores(as) familiares beneficiários(as) do PNAE.

A observação se deu por meio de visitas às propriedades rurais e acompanhamento das atividades cotidianas de cinco agricultores(as) familiares que recebem os benefícios do PNAE do município de Coimbra, MG. Solicitou-se autorização³ prévia dos participantes para registrar, por meio de fotografias e de anotações no diário de campo, essas visitas.

Os dados foram analisados de forma qualitativa, agrupados por proximidade de sentido e organizados por categorias analíticas que orientaram o percurso de análise. Buscou-se enfatizar os diversos processos e interações que acontecem entre os(as) agricultores(as), as organizações locais e as políticas públicas, identificando a forma com que os atores se relacionam e interagem entre si e se o Programa local sofre interferência da rede social em seus resultados.

Resultados e Discussão

O processo de implementação do PNAE ocorre em todos os municípios do Brasil por meio do recebimento de recursos públicos repassados pelo FNDE, por meio de transferência automática, em 10 parcelas, a todos os estados, municípios e secretarias de educação e pela efetivação de várias outras ações normatizadas pelo governo federal. Assim, para participar do PNAE, os(as) agricultores(as) familiares e/ou suas organizações econômicas têm que possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), obtida nas instituições autorizadas; no caso de Coimbra, MG, na EMATER (MG).

³ Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, nº 50757715.3.0000.5153, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, de acordo com o parecer nº 1.587.022.

Em Coimbra (MG), evidenciou-se que a operacionalização e gestão do PNAE, de modo geral, apresentaram-se de forma eficaz, alcançando as metas e diretrizes dispostas pela Lei. Entretanto, verificou-se que há uma dinâmica de implementação diferenciada comparando os critérios analisados entre a gestão das EEx, municipal e estadual, como, por exemplo: quantidade e regularidade dos recursos repassados pelo FNDE; aplicação de pelo menos 30% do total de recursos transferidos pelo FNDE para o PNAE para compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar; se os preços são compatíveis com os do mercado; dentre outros.

Os resultados demonstraram que ambas EEx cumprem o que se pede na Lei. No entanto, ao se comparar os critérios analisados no município para cumprir com as obrigações dos 30% exigidos, constatou-se que há uma dinâmica de implementação diferenciada entre a gestão realizada pelas EEx e isso resultou em desempenhos distintos. A gestão da EEx estadual teve mais limitações do que a gestão da EEx municipal, como o atraso do recurso vindo do FNDE e a falta de um(a) profissional em nutrição responsável técnica pelas ações referentes à alimentação e à nutrição no contexto da alimentação escolar, o que dificultou o cumprimento da Lei, e isso repercutiu numa média de aquisição de 21,51% de produtos da agricultura familiar em relação ao total dos recursos repassados pelo FNDE no período de 2009 a 2016. De acordo com a EEx estadual, a profissional em nutrição se concentra na Secretaria Estadual: “[...] Na verdade, o estado não tem nutricionista para as escolas estaduais, eles trabalham com nutricionista apenas na Secretaria, em Belo Horizonte (BH)”.

Segundo Teo *et al.* (2016), o atraso na liberação de recursos repassados às diversas esferas da gestão pública, nesse caso à escola estadual, pode representar um entrave à gerência do Programa e até mesmo às mais avançadas políticas públicas evidenciando assim uma divergência entre as diferentes esferas do federalismo, principalmente no que se refere aos efeitos sobre a efetivação das políticas sociais em nível local (TURPIN, 2009).

Essas dificuldades em atingir a meta dos 30% exigidos na Lei foram comprovadas nas análises documentais de 2016 e confirmadas nas entrevistas com a gestora da EEx estadual, que relatou: “[...] as parcelas estão atrasadas, não recebemos todas as parcelas do recurso do FNDE [...]. Não tivemos como cumprir com todos os contratos assinados com os(as) agricultores(as) familiares. Dessa forma, não conseguimos atingir os 30% exigidos pelo projeto”. A falta de repasse mensal dos recursos financeiros ocasionou o descumprimento de obrigações assumidas, como o pagamento do contrato feito com os(as) agricultores(as) familiares e a incorporação de alimentos saudáveis e nutricionais à alimentação dos alunos.

Em relação à EEx municipal, que ultrapassou o limite dos 30% e alcançou uma média de 34,75% de compra de produtos da agricultura familiar no período de 2009 a 2016, evidenciou-se a complementaridade de verba para o PNAE, conforme depoimento da gestora: “[...] algumas vezes, nós usamos recursos próprios da prefeitura ou do QESE (Quota Estadual de Salário Educação) que são recursos de outras verbas para complementar a verba da alimentação escolar, visando assim atender às demandas do PNAE”. Há, portanto, maior dinamismo e condições estruturais para a operação do Programa pelo ente municipal que aporta recursos extras em processo de suplementação orçamentária, o que amplia o volume de alimentos adquiridos.

Apesar das limitações, o resultado obtido com o grupo dos(as) agricultores(as) familiares do município de Coimbra, MG, evidenciou o potencial do Programa. Constatou-se que o PNAE representa um fator decisivo para o(a) agricultor(a) familiar ao representar um dos principais canais de comercialização de seus produtos, pois garante a regularidade na demanda e garante sua continuidade, já que é um Programa de Estado. Isso é comprovado nos depoimentos dos(as) agricultores(as) familiares: “Agora tem muita gente querendo vender na escola [...]”; “[...] nós plantamos e sabemos que temos onde vender, seja na escola, ou nos mercados da região [...]”; e “Agora eu tenho onde vender minhas bananas”.

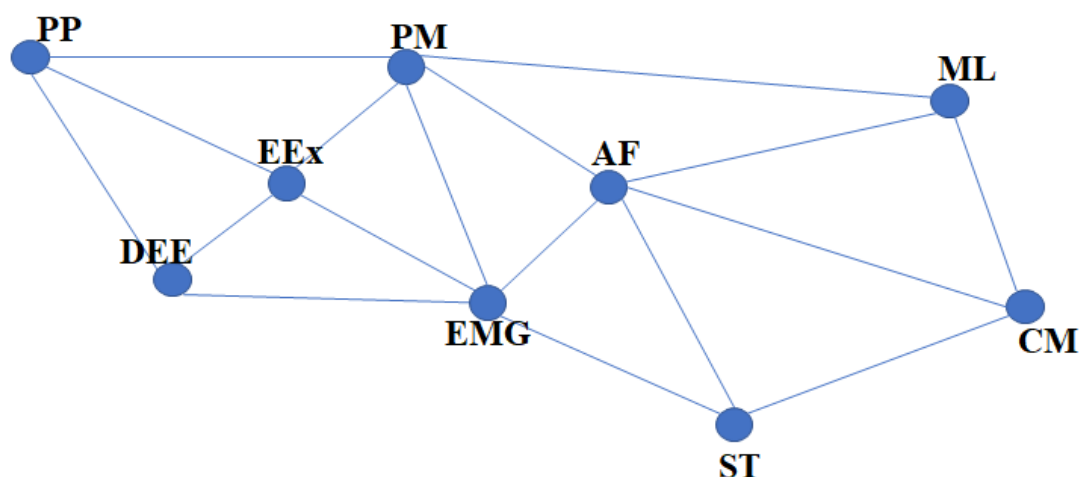
Além desse canal, verificou-se também a satisfação dos(as) agricultores(as) familiares quanto aos preços⁴ pagos pelo Programa. Isso pode ser notado nos relatos a seguir: “[...] os preços pagos pela escola é bom, melhor que os preços nos mercados da cidade [...]”; “[...] a escola paga direitinho e o preço é compensador, vale a pena entregar [...]”; e “[...] é um dinheirinho sagrado, esse da escola”. Os depoimentos indicaram que os(as) agricultores(as) familiares inseridos(as) no mercado institucional por meio do PNAE têm os seguintes benefícios: garantia de comercialização de seus produtos a um preço justo em relação ao do mercado e aumento da produção resultando em fonte de renda regular, proporcionando melhorias na sua qualidade de vida e de sua família.

Outro aspecto condicionante dos resultados do PNAE no município, desvelado pela pesquisa, foi a formação de redes locais que envolvem diversos atores e decisões que impactam diretamente o Programa. Notou-se que as interações entre os atores ocorriam por meio de vias institucionais. Segundo Grisa (2010), esse processo faz parte de uma construção social discutida por Granovetter (2007) que considera o mercado institucional como uma forma específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações por meio das compras públicas.

Na implementação do PNAE em Coimbra (MG), os seguintes atores interagem e se inter-relacionaram no processo de construção local desse mercado: Prefeitura Municipal (PM), Secretaria Municipal e Escola Estadual (EEx que executava os recursos e a gestão do Programa), Delegacia Estadual de Educação (DEE), Sindicato Rural (ST), EMATER (MG) (EMG), Agricultores(as) Familiares (AF), Comunidades (CM) e Mercados Local e Regional (ML). As diferentes posições que esses atores assumem na rede local de implementação do PNAE condicionam não só os resultados do Programa, mas também a configuração de toda a rede, questão analítica pautada pela sociologia econômica, como em Granovetter (1973) e Steiner (2006). As informações que circulam dentro das redes sociais e as relações de poder envolvidas nesse processo interferem na efetivação do PNAE em nível local. A figura 1 a seguir apresenta o mapeamento da rede de implementação do PNAE em Coimbra e sinaliza como os atores estão dispostos no conjunto das relações que o constituem.

⁴ O preço dos alimentos pagos pelo PNAE é estipulado pelas Entidades Executoras, representadas pelo Departamento Municipal de Educação e a Escola Estadual, que realizam pesquisa em três mercados do município.

Figura 1 - Conexão na operacionalização do PNAE em Coimbra (MG), Brasil, 2016



Fonte: Adaptado de Bastos, Bifano e Loreto (2020).

As relações institucionais que se referem às políticas públicas (PP) como o PNAE chegam ao plano local na esfera do município por meio de instituições vinculadas ao poder público, como prefeitura, escolas, EMATER (MG) e sindicato, os quais informam e divulgam determinada política. Sob a perspectiva da sociologia econômica, pode-se argumentar que essa estrutura de relações se remete numa perspectiva relacional às interações sociais e ao engajamento dos atores em diferentes espaços, ou seja, numa dinâmica social que envolve interação recíproca entre a estrutura e a ação transformando em mediadores do processo institucional, como é o caso do PNAE (FREITAS, 2016; LOTTA, 2010).

Corroborando com essas ideias, Wasserman e Faust (2009) enfatizam que a rede social acentua a importância dos atributos relacionais da estrutura interpessoal de contatos que funciona como um canal de transferência de recursos e informações. Fleury (2008) acrescenta que dada a pluralidade de atores envolvidos nas redes de políticas como o caso do PNAE é possível maior mobilização de recursos e garantia de uma diversidade de opiniões sobre as demandas e sobre os problemas que possam surgir no percurso da execução das ações políticas.

As afirmações desses autores são comprovadas nos relatos dos diferentes atores sociais envolvidos no PNAE no município de Coimbra, MG, ao verbalizarem: para os gestores: “[...] o PNAE, com uma nova lei, com diferenças na parte burocrática, na prestação de contas, nas formas de entrega que podem ser individual, traz benefícios tanto para escola quanto para os(as) agricultores(as) [...]”; além de reforçarem que “Temos uma parceria com as escolas, a princípio a nutricionista da escola municipal, ou gestora da escola estadual, entra em contato com a EMATER (MG) local [...]”; “[...] pois eles têm mais contato com os agricultores e conhecem eles melhores que a gente”. Isso corrobora com a constatação de Mark Granovetter, que a ação imersa nas relações sociais é fundante na sociologia econômica, pois dá pistas de como as ações e decisões econômicas e políticas, nesse caso associadas à compra de alimentos por meio do PNAE, é permeada de *contatos* e *parcerias*, explicitando ainda que a natureza do vínculo social importa para o processo da implementação. A proximidade social entre representantes de governo municipal, escola, entidade de extensão rural e agricultores é uma característica distintiva dos processos, e a maneira como ela é operada na prática implica o desempenho do Programa.

Nesse círculo de relações, a EMATER (MG) enfatiza que “[...] a gente convida esses grupos, conversa [...], vai à zona rural ... a gente vem, senta com eles, escreve e descreve todos os produtos que tem, a quantidade, tudo direitinho e preenche para ele poder levar para a escola [...]”; bem como os(as) agricultores(as) familiares, que ressaltam suas opiniões como “[...] entrego na segunda e quarta... gosto de entregar bem cedo, às seis horas, quando chegam as cantineiras⁵ e não tem nenhum aluno”. Além de destacar o auxílio recebido pelos outros atores envolvidos no Programa que viabilizam sua inserção ao PNAE: “[...] eu entrego, assino o documento da escola, e eles mesmos é que tiram a nota fiscal, eles ajudam muito a gente nesse sentido, essa parte burocrática fica com eles, nós só entregamos os produtos e depois é só passar o cartão que o dinheiro tá lá”. A produção de sinergias locais com a convergência de esforços para a consecução dos objetivos do PNAE é reflexo de uma rede local de importante densidade, ou seja, os atores possuem interações diretas uns com os outros e ampliam o dinamismo da circulação de informações e produzem complementaridades para facilitar a compra de alimentos.

Dessa forma, as redes vistas como um círculo corrente de contatos ou conexões equivalentes entre indivíduos ou grupos no âmbito das relações sociais é compreendida “[...] como uma chave de leitura capaz de desvendar os contextos relacionais em que se inserem os atores: indivíduos, famílias, grupos e organizações” (SCHMITT, 2011, p. 97). De acordo com os relatos das entrevistas e da experiência local observados, evidenciou-se que quanto maior o envolvimento dos atores locais, maior a possibilidade de que o PNAE apresente bom desempenho. Prova disso é a conexão entre as EEx, tanto municipal quanto estadual, e os(as) agricultores(as) familiares que apontaram a EMATER (MG) local como ponto fundamental no processo operacional do Programa.

O círculo corrente de contatos entre atores inseridos no PNAE permitiu inferir que esse Programa tem estimulado a integração entre órgãos públicos e privados. Além disso, constatou-se que a EMATER (MG) como ator local está conectada em várias etapas do processo de implementação e operacionalização do Programa como ponto central da rede. Ou seja, a EMATER é um elo entre as escolas e os(as) agricultores(as) familiares e vem possibilitando a implementação do PNAE, organizando e auxiliando em todas as etapas do Programa conforme os depoimentos da Extensionista local (“Temos uma parceria com as escolas[...] solicita um levantamento dos alimentos produzidos no município [...]”), dos gestores das escolas (“Quando termino de fazer a chamada pública ligo para EMATER (MG) e peço para eles divulgarem para os(as) agricultores(as) familiares do município, pois eles têm mais contato com os(as) agricultores(as) e conhecem eles melhores que a gente [...]”), e dos(as) agricultores(as) familiares (“Eu fui convidada pela escola em julho para participar da seleção, aí eu fui na EMATER (MG) e a Claudia preencheu o formulário, colocamos o valor dos produtos”).

Para que o resultado alcançado pelo PNAE beneficie tanto os(as) agricultores(as) familiares quanto as escolas, a maneira como esse é operacionalizado tem papel decisório. Dessa forma, na percepção das EEx, a participação dos técnicos da EMATER (MG) no processo é essencial, como relatado pelas gestoras das EEx: “A EMATER tem um papel muito

⁵ Cantineiras, conhecidas como merendeiras ou cozinheiras, são as responsáveis para preparar os alimentos para os alunos das escolas, manipulando os alimentos conforme as técnicas adequadas para o preparo da alimentação escolar que visam proporcionar a melhoria da aprendizagem e desenvolvimento escolar do aluno (CUNHA, 2021).

importante, porque é ela que faz essa articulação, de escola, produtor rural ou até mesmo a articulação do produtor rural e apoio técnico para esses produtores poderem estar fornecendo esses alimentos para nós aqui [...]”; e “Para esse projeto, a EMATER é muito importante porque ela é um elo com o produtor, com a escola. A EMATER consegue chegar mais fácil no agricultor do que a escola”.

É preciso ressaltar que, assim como a sociologia econômica contribui para refletir que atores com alta centralidade nas redes, como a EMATER no caso analisado, isso pode repercutir em relações de dependência e, futuramente interferir no dinamismo da rede (STEINER, 2006). Centralidade, entretanto, não é sinônimo de tutela, mas a diferença entre elas é tênue e isso precisa ser considerado no planejamento da política pública. As relações locais que configuram a rede de implementação constituem-se de interdependências e cooperação e é isso que redundam em sinergias e complementariedades.

Evidencia-se que o mercado institucional estabelecido por meio do PNAE possibilita uma interação entre atores de várias esferas atuando em diferentes escalas, sejam elas local, municipal, regional ou nacional, que se articulam e se ajudam para garantir a atividade das ações e, conseqüentemente, a efetivação desse Programa social. Essa premissa é também apresentada por diversos autores, como Schmitt (2011), Grisa *et al.* (2011), Grisa (2012), Ciro e Freitas (2013), Freitas (2016), Moreira e Silveira (2016) e Bastos, Bifano e Loreto (2020).

Um outro ponto da rede social identificado foi a forte relação dos(as) agricultores(as) familiares com a comunidade onde vivem, havendo mais integração, colaboração e envolvimento de parentes, vizinhos, amigos e ajudantes, visando cumprir com as obrigações referentes ao Programa e ao mercado local. Essa relação foi constatada no relato dos(as) agricultores(as) ao afirmarem que utilizam outra mão de obra que não é a familiar: “Estamos catando feijão, eu, meu filho, uma vizinha e uma ajudante, em pleno feriado [...] quando aperta o serviço, eu chamo elas para me ajudar [...]”; e “De vez enquanto eu trabalho para meu cunhado e depois ele trabalha para mim [...] uma mão lava a outra”.

A relação entre os vizinhos que muitas vezes têm um grau de parentesco ou são *compadres* contribui para a realização das atividades cotidianas dos(as) agricultores(as), conforme destacado nos trabalhos de Conterato *et al.* (2013) e Cunha (2015). Esse tipo de ajuda entre os(as) agricultores(as) é considerado apoio mútuo em atividades cotidianas, em que há “[...] troca de dias de trabalho [...]” (CUNHA, 2015, p. 91), ou seja, essa relação de convivência torna-se uma articulação entre práticas de reciprocidade e práticas de troca (CONTERATO *et al.*, 2013).

Mauss (2001) reconhece essa relação de troca de favores e trabalhos entre os vizinhos como uma questão da dádiva, ou seja, essa conexão entre os(as) agricultores(as) de diferentes famílias se distingue da troca mercantil, visto que essa relação envolve a moral e os valores. Desta forma, para o autor, a dádiva ocorre no princípio da ação recíproca, no ato de dar, receber e retribuir. Essa característica de dádiva encontrada em certas dinâmicas que permeiam o PNAE sublinha na experiência empírica a natureza das relações sociais, o conteúdo e o significado do que circula nas redes, que é tão importante quanto à morfologia por ela assumida em determinado tempo/espaço. Isso confirma que há uma série de processos sociais subjacentes à implementação da política pública, uma dinâmica relacional que perpassa diferentes níveis de interação e assim confirma, como enunciado pela

sociologia econômica, que as relações sociais importam na construção e na performance dos mercados.

Essas relações de proximidade, trocas, reciprocidade, atividades em conjunto entre as famílias, vizinhos e amigos encontradas nos relatos dos(as) agricultores(as) são elementos que se unem à vida social fundamentais para construir as redes sociais (ALBERGARIA *et al.*, 2012). Essas relações afetivas, profissionais e de interesse mútuo estão relacionadas/conectadas às redes sociais e quanto mais conexões um nó (ator) possuir maior será a oportunidade de ele receber mais conexões (FERREIRA; VITORINO FILHO, 2010).

Evidencia-se que é por meio do PNAE que ocorre a articulação de vários atores sociais, os quais discutem a realidade local e pensam em meios para operacionalizar o Programa no município. Ao analisar o cenário estudado e dando vistas à Nova Sociologia Econômica, pôde-se verificar que as relações que os atores trazem consigo referentes à sua identidade, à forma como tomam decisões a respeito dos processos estabelecidos no mercado institucional e à força que os laços sociais pertencentes a essa rede viabilizam a expansão do PNAE, edificado por processos de cooperação e confiança que sustentam a operacionalização das compras públicas de alimentos da agricultura familiar.

Considerações Finais

O estudo empírico possibilitou evidenciar atores envolvidos no processo de implementação do PNAE e fatores que caracterizam as relações e a compreensão do papel que uma rede de atores desempenha, interage e se relaciona com essa política em nível local. O caso em tela reforçou a necessidade de constituir olhares e imaginações sociológicas de caráter mais relacional e menos normativo sobre a implementação de políticas públicas adotadas pelos atores nelas implicados.

Observou-se que, *a priori*, o Programa envolveu uma rede de atores dedicados à elaboração dos processos operacionais e legais agrupados pela proximidade advinda dos tipos de conexão que favorecia o relacionamento entre o Estado e os órgãos públicos. Em nível local, atores surgiram expressando um *emaranhado de nós* interligando unidades agrícolas familiares com instituições públicas, sociais, agricultores(as) familiares beneficiados(as) e comunidades.

As redes de relações sociais das quais os(as) agricultores(as) familiares fazem parte podem interferir no processo de tradução da política pública, isto é, os(as) agricultores(as) têm assumido uma posição dentro das redes como executores(as) das políticas, ora procurando meios para conseguir acessá-las, ora se organizando para cobrar do governo local sua efetivação no município. A pesquisa confirma a tese de que os mercados institucionais são uma construção social na qual agricultores(as) familiares buscam encontrar espaços dentro desse mercado.

Assim, o PNAE no município de Coimbra (MG), é caracterizado pela colaboração e integração entre os atores, havendo ajuda mútua e integração entre eles, além das trocas de experiências e informações que circulam dentro das redes sociais estabelecidas pelos atores envolvidos na efetivação do PNAE em nível local. Dessa forma, todos esses pontos/aspectos são elementos que influenciaram o Programa e particularizaram a experiência de

implementação dessa política pública no referido município. Desta forma, as redes sociais existentes na operacionalização do PNAE mostram que a interação entre os atores e as ações desenvolvidas na implementação fazem com que as mudanças institucionais sejam inerentes às tentativas de aproximar o Programa das realidades locais.

Portanto, é seguro dizer que é por meio das ações dos atores envolvidos no processo de interação social que ocorre a mudança e influência dos resultados obtidos localmente. É por meio das relações sociais, das negociações e das trocas de experiências que surgem novas regras, novos acordos e sugestões que ajudam a regular o comportamento e moldar a forma como o PNAE é implementado na prática.

Referências

- ALBERGARIA, A. V.; LORETO, M. D. S.; FERRÃO, R. G.; DIAS, M. M. Redes sociais, atores e qualidade de vida: o caso do arranjo produtivo cafeeiro, Castelo/ES. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 23, n. 2, p. 163-190, 2012.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília (DF): CDS; UnB, 2007.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- BASTOS, R. C.; BIFANO, A. C. S.; LORETO, M. D. S. Projeto de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar em Coimbra, MG: uma análise do ponto de vista das redes sociais. In: PINTO, N. M. A.; TEIXEIRA, K. M. D.; MELO, N. C. V. (Orgs.). **Famílias e políticas sociais: os desafios da intervenção social**. Viçosa: UFV, 2020. p. 1-128.
- BOVO, C. R. M. A contribuição da teoria da rede social, de Mark Granovetter, para a compreensão do funcionamento dos mercados e da atuação das empresas. **Pensamento e Realidade**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 135-151, 2014.
- BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar o do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências**. Brasília (DF), 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em:
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília (DF), ©2017. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/PNAE>. Acesso em: 1º out. 2018.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Coimbra, MG**. Brasília (DF), [2020]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/coimbra.html>. Acesso em: 30 nov. 2020.

- CIRO, P. M. R.; FREITAS, A. F. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como indutor de processos de desenvolvimento local em Viçosa. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 7., 2013, Belém. **Anais [...]**. Belém, 2013.
- CONTERATO, M. A.; NIEDERLE, P. A.; TRICHES, R. M.; MARQUES, F. C.; SCHULTZ, G. **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.
- CUNHA, C. L. L. **Alimentação escolar: o papel das merendeiras na dinâmica das escolas de ensino fundamental I de Trindade-GO**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação e Trabalho Docente)- Instituto Federal Goiano, Campus Trindade, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2188>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- CUNHA, W. A. **Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.
- CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília (DF), v. 55, n. 3, p. 427-444, 2017.
- DIAS, M. M. **Agricultura familiar: disputas conceituais, tipologias e políticas públicas**. Brasília (DF): ABEAS; Campina Grande: UFCG, 2006.
- DUARTE, B. M. Implementação de políticas públicas: as contribuições da nova sociologia econômica para uma perspectiva relacional. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 25, n. 2, p. 139-154, 2019.
- FERREIRA, T.; VITORINO FILHO, V. Teoria de redes: uma abordagem social. **Revista Conteúdo**, Capivari, v. 1, n. 3, p. 1-19, 2010.
- FLEURY, S. Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública. **Revista Administração em Diálogo-RAD**, São Paulo, v. 7, n. 1, 2008. DOI 10.20946/rad.v7i1.671. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/671/468>. Acesso em: 1º out. 2020.
- FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. The sociology of markets. **Annu. Rev. Sociol.**, v. 33, p. 6.1-6.24, 2007.
- FREITAS, A. F. **Dinâmicas locais de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma abordagem relacional**. 2017. Tese (Doutorado em Extensão Rural -Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2017.
- FREITAS, A. F. Por uma abordagem relacional do desenvolvimento territorial rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília (DF), v. 54, n. 4, p. 667-690, 2016.

- FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, 2012.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília (DF), n. 21, p. 211-259, 2000.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE Eletrônica**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-7, 2007.
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.
- GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, p. 97-129, 2010.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 125-146, 2014.
- LOTTA, G. S. **Implementação de políticas públicas**: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2001.
- MESQUITA, L. A. P.; MENDES, E. P. P. Agricultura familiar, trabalho e estratégias: A participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 14, n. 1, p. 14-23, 2012.
- MINAYO, M. C. S. Conceito de avaliação por triangulação de métodos. *In*: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p. 19-51.
- MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. F. R. Aplicação da análise de redes sociais à avaliação de programas habitacionais: a experiência do “Minha Casa, Minha Vida” em Minas Gerais. *In*: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 7., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2016.
- PETERS, B. G. **American public policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

RAUD-MATTEDI, C. H. J. Análise crítica da sociologia econômica de Marx Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 59-82, 2005.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. Brasília (DF): CAPES; UAB, 2009.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F.; SOUSA, A. A.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-936, abr. 2013.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 82-112, 2011.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília (DF), v. 14, n. 2, p. 78-88, 2005.

SCHNEIDER, S. Evolução e características da agricultura familiar no Brasil. **Revista da ALASRU Nueva Epoca**, Buenos Aires, v. 1, p. 21-52, 2014.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, S.; SCHUBERT, M.; ESCHER, F. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: Uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, Curitiba, v. 1, p. 1-20, 2016.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, p. 20-45, 2006.

STEINER, P. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 7-34, 2004.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.

TEO, C. R. P. A.; MOTTER, A. F.; BARBOSA, L. P.; DACROCE, M.; PAGLIARINI, G. Articulação entre agricultura familiar e alimentação escolar em municípios de pequeno porte. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 11, n. 24, p. 175-199, 2016.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: methods and applications**. New York: Cambridge Press, 2009.

WATTS, D. J. **Small worlds: the dynamics of networks between order and randomness**. New Jersey: Princeton University, 1999. 264 p.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

Rosária Cal Bastos Trabalhou na concepção e desenho da pesquisa, delineamento, coleta e processamento dos dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo e revisão crítica, aprovação da versão a ser publicada.

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Mestre em Economia Doméstica pela UFV (2017), Bacharel em Administração pela Faculdade Estácio de Sá (2009). Área de Atuação em políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento em níveis local e regional. Atualmente é Assistente em Administração do Departamento de Engenharia Agrícola da UFV.

Alair Ferreira de Freitas Trabalhou na interpretação dos dados, redação do artigo e revisão crítica.

Bacharel em Gestão de Cooperativas e mestre em Extensão rural pela UFV e doutor em Administração pela UFMG, atualmente é pesquisador visitante em estágio pós doutoral na Universidade de Coimbra, Portugal. Membro permanente dos programas de pós graduação em extensão rural e em administração pública da UFV.

Maria das Dores Saraiva de Loreto Trabalhou na interpretação dos dados e redação do artigo e revisão crítica.

Bacharel em Economia Doméstica e em Ciências Econômicas, bem como Mestre e Doutora em Economia Rural, pela Universidade Federal de Viçosa, além de Pós-doutora em Família e Meio Ambiente pela University of Guelph-Canadá. É Professora Titular do Departamento de Economia Doméstica da UFV, com ingresso em 1991, e pesquisadora da FAPEMIG.

Luana Fernandes Silva Paes Trabalhou na redação bibliográfica do artigo.

Bacharel em Serviço Social, mestre em Economia Doméstica, pela Universidade Federal de Viçosa (2022), pós-graduada em Gerontologia Social pela UNIASSELVI (2022). Atualmente, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da UFV, área de atuação em Envelhecimento, Famílias, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano e Social.
